

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 14/2026 de 16 de março

Sumário: Aprova os perfis profissionais dos docentes de educação de infância e dos ensinos básico e secundário.

Os perfis profissionais docentes desempenham um papel central e estratégico na transformação do Sistema Nacional de Formação de Professores. Os perfis estabelecem uma matriz institucional que regula as exigências de qualificação dos docentes e, simultaneamente, contribuem para a consolidação do próprio Sistema Educativo, orientando-o para uma abordagem mais inclusiva, equitativa e de alta qualidade.

A definição clara e estruturada dos perfis profissionais docentes constitui uma resposta essencial aos desafios contemporâneos do setor educativo, visando não só garantir que os docentes possuam um conhecimento sólido nas suas áreas de atuação, mas também, que estejam habilitados para aplicar metodologias pedagógicas inovadoras e eficazes, que fomentem o pensamento crítico, a criatividade e o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

Estes perfis foram concebidos com a missão de garantir a multifuncionalidade da atividade docente, assegurando que a formação inicial dos professores capacite os mesmos com as competências necessárias para atender às exigências estratégicas e práticas da Educação para Todos. Assim, são instrumentos que visam orientar a preparação dos docentes para atuarem de forma eficaz em ambientes educacionais diversos e em constante mudança, promovendo a inclusão e a excelência educativa como pilares fundamentais do desenvolvimento de um ensino equitativo, para todos os cidadãos.

Do ponto de vista metodológico, o processo de concetualização dos perfis profissionais dos docentes começou pela definição do perfil de competências de base para o exercício da função, seguindo-se o detalhe por subsistema, considerando as especificidades dos mesmos. Esse processo culminou com a definição do perfil geral, exigido a todo o docente, bem como de perfis para cada área disciplinar e para cada disciplina de ensino do currículo nacional.

É aprovado o padrão de referência dos perfis docentes necessários ao Sistema Educativo, o qual se constitui como referencial normativo vinculativo para as instituições de ensino superior, impondo o alinhamento da respetiva oferta formativa dirigida aos futuros educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário.

Artigo 1º

Objeto

São aprovados os perfis profissionais dos docentes de educação de infância e dos ensinos básico e secundário, publicados em anexo ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

Artigo 2º

Finalidade

Os perfis, referidos no artigo anterior, têm como finalidade apoiar a formulação da oferta formativa dirigida aos docentes, no quadro da satisfação das necessidades de qualificação e de gestão do Sistema Educativo, desde a educação de infância ao ensino secundário, devendo ser um guia de orientação para:

- a) A organização dos cursos de formação inicial de professores, bem como a certificação da correspondente qualificação profissional para a docência;
- b) A organização dos cursos de especializações e ações de formação contínua de professores, bem como a certificação da correspondente qualificação profissional para o exercício da docência;
- c) A acreditação de cursos e de ações de formação contínua de professores, nos termos da lei;
- d) A monitorização da formação de professores, para a adequação permanente às necessidades do Sistema Educativo;
- e) A supervisão e a avaliação do desempenho docente, no desenvolvimento profissional na carreira.

Artigo 3º

Abrangência

Os perfis a que referem os artigos 1º e 2º abrangem os domínios de qualificação e de desempenho pretendidos pelo Sistema Educativo, para o exercício da função docente na educação de infância e nos ensinos básico e secundário.

Artigo 4º**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 9 de fevereiro 2026. — Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia* e Silva e *Amadeu João da Cruz*.

Promulgado em 13 de março de 2026.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES

ANEXO**(A que se refere o artigo 1º)****ANEXO****(A que se refere o artigo 1º)****PERFIS PROFISSIONAIS DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E DOS
ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO****I****Perfis de competências docentes**

Os perfis profissionais dos docentes comportam referenciais que estabelecem os domínios do conhecimento profissional aplicáveis a todos os docentes, de todos os subsistemas de ensino, em conformidade com as exigências profissionais e com os processos de desenvolvimento das carreiras previstos no Regime Jurídico da Formação de Professores

II**Domínios do conhecimento profissional docente**

O conhecimento profissional docente é tradicionalmente multireferenciado, compreendendo aspetos históricos, filosóficos, sociológicos, psicológicos, antropológicos, políticos e económicos, da educação e do ensino. Tal abrangência científica permite ao docente assegurar uma intervenção informada e efetiva, enquanto agente formador e transformador das realidades educativa e social.

A pluralidade de ciências, que consubstanciam a função docente, permite formular descritores de competências de âmbitos do saber, saber-fazer, saber-ser, estar e viver junto, organizados em torno de 4 (quatro) domínios, a saber:

- Conhecimento Profissional;
- Comunicação Organizacional e Participação nas Comunidades Escolar e Educativa;
- Formação e Desenvolvimento Profissional ao Longo da vida;
- Ética e Deontologia Profissional.

III

Caraterização dos domínios de competências profissionais docente

O domínio do Conhecimento Profissional envolve a apropriação de conhecimentos e competências inerentes às funcionalidades gerais do serviço docente.

Em concordância com a política educativa, pressupõe capacitar o docente para uma prática educativa socioconstrutivista, enquadrada prioritariamente na noção de professor crítico e reflexivo, pelo qual demonstre conhecimentos e competências para proporcionar, com o aluno, ambientes de trabalho estimulantes e motivadores do seu envolvimento no ensino, na aprendizagem e na avaliação, bem como nos projetos escolares pessoais e coletivos.

Com esse entendimento, deve possuir um conhecimento profissional multifacetado, integrador de competências que preencham várias necessidades de formação e do exercício da prática educativa. Esse conhecimento implica capacitar o docente para a compreensão das realidades local, regional e nacional, em articulação com as demandas da globalização de tendências e práticas educacionais; o domínio de conceitos e metodologias próprias de cada área do saber científico e técnico; de estruturação do pensamento e a aquisição de uma postura reflexiva e de resolução de problemas complexos, pela mobilização de múltiplos saberes; o uso de fontes e modos de processamento da informação e de reconstrução de conhecimentos curricularizados; a materialização da inter/multi disciplinaridade, na gestão dos conteúdos de ensino e das metodologias de trabalho.

Assim salvaguardam-se conhecimentos facilitadores do desenvolvimento de uma atividade educativa que apoia os percursos formativos dos alunos, através de abordagens pedagógicas sólidas e significativas para as realidades e experiências individuais de todos e de cada um. Simultaneamente, esteiram-se as condições profissionais necessárias à disseminação do conhecimento curricular, garantindo os saberes disciplinares, transversais, multidisciplinares e atitudinais por área, ano e ciclo de estudo.

Assim, incorpora um conhecimento profissional sólido e adequado, com domínio da utilização de meios de acesso ao conhecimento e das formas de o comunicar, em suportes variados e em diferentes linguagens. Na sua ação educativa dispõe de recursos formativos para integrar as experiências prévias do aluno, no ensino e na aprendizagem, bem como para desenvolver situações pedagógicas e didáticas inteligentes, geradas a partir do aluno, bem assim, estratégias de corresponsabilização desse no seu processo formativo.

O *domínio da Comunicação Organizacional e da Participação nas Comunidades Escolar e Educativa*, envolve competências de fortalecimento das relações interpessoais e de participação ativa nos cenários educativos, visando facilitar a integração do docente no trabalho colaborativo e no desenvolvimento da colegialidade inerente à sua função.

O conhecimento e as competências, desse domínio, devem permiti-lo desenvolver ações integradas nos grupos de trabalho e na planificação de metas e estratégias de gestão curricular e pedagógica da escola, bem como de projetos e processos organizacionais.

Tais competências envolvem dominar a comunicação oral e escrita, nas línguas portuguesa e cabo-verdiana; técnicas de comunicação e de expressão (oral, escrita, simbólica, pictórica, numérica, entre outras) e a comunicação intermediada pelas Tecnologias de Informação e do Conhecimento (TIC), em diferentes suportes. Envolve capacidades de argumentar e contra-argumentar de forma fundamentada e de diálogo com diferentes culturas e diferentes áreas disciplinares, adequando a comunicação às características de diferentes destinatários.

Esse domínio deve habilitar o docente para se dedicar a programas e projetos inclusivos e de desenvolvimento da cidadania; para assumir comportamentos democráticos, inclusivos e de participação ativa, na resolução de problemas educativos escolares, bem como capacitá-lo para a tomada de decisões de inclusão dos pais nos projetos educativos dos educandos e da escola.

Assim, comporta saberes de apoio à conceção de estratégias de desenvolvimento da educação como um bem comum, de avaliação e gestão da própria atividade educativa conjuntamente com os demais educadores, de desenvolvimento de relações e práticas sociocomunitárias facilitadoras do trabalho conjunto e do funcionamento ativo entre pares, envolvendo o aluno e encarregados de educação, o pessoal não docente e as instituições da comunidade.

O domínio da Formação e Desenvolvimento Profissional ao Longo da Vida, visa competências docentes de reflexão, análise e investigação, na condição de facilitadoras do seu envolvimento nos processos e projetos educativos e formativos. Entre esses, destaca-se o projeto de autoformação de desenvolvimento profissional, na carreira do docente.

Envolve a apropriação de competências facilitadoras da gestão do desenvolvimento científico, cultural e tecnológico, competências promotoras de autoaprendizagem e autoconhecimento (crenças, carácter, potencialidades, limitações, entre outras), competências facilitadoras da sua afirmação nas vertentes de investigação e de motivação para aprender com autodisciplina, auto-orientação, autoavaliação usando a cognição e a metacognição.

O desenvolvimento desse domínio exige do docente o foco na formação como estratégia de desenvolvimento pessoal e profissional, fazendo-o perceber a importância da atualização permanente nos domínios científico, técnico e metodológico.

Comporta competências em investigação educacional, de desenvolvimento de projetos e atividades de formação e de autoformação profissional. São competências que devem permitir ao docente fazer a autoavaliação das necessidades de formação de forma crítica e reflexiva, mediante apreciação da própria prática pedagógica, dos resultados da aprendizagem, bem como a

avaliação do próprio desempenho e das suas atitudes e decisões, na construção de uma visão personalizada da formação ao longo da vida, da aprendizagem por projetos e de projetos de desenvolvimento educativo.

O domínio ética e deontologia profissional comporta habilitação do docente para a consciencialização acerca dos valores da relação humana, na perspectiva de valorização, aquisição e aplicação de saberes relacionados com o ser e o estar. Compõe-se de competências sociais, relacionais, éticas e deontológicas.

Nesse domínio encontram-se as competências promotoras da responsabilização ética pessoal, profissional e cívica, bem como do respeito pela diversidade de perspectivas científicas, técnicas, culturais. Igualmente, competência de liderança, de trabalho em equipa, de tomada de decisões, de desenvolvimento da inteligência emocional e do senso crítico, da proatividade, da iniciativa e do empreendedorismo. Inclui, ainda, aquelas promotoras da abertura à inovação e à criatividade, da partilha de conhecimentos, da cultura do rigor, da qualidade, da eficácia e da eficiência, bem como da autonomia para a prática laboral.

São essas as competências que adequam as atitudes e os comportamentos do docente, para decidir de forma assertiva e comunicar dentro dos padrões da convivência interpessoal e organizacional.

IV

Perfil geral de competências docentes

O perfil geral de competências docentes deve assegurar o saber profissional bastante, para o exercício da atividade docente.

Para isso, deve facultar conjuntos de conhecimentos, capacidades, habilidades e hábitos facilitadores do exercício da função, assegurando conhecimentos científicos e técnicos da especialidade, bem como das tecnologias, de estratégias de gestão do currículo e da sua avaliação com presença ativa do aluno, de apoio à aprendizagem, à compreensão e à gestão de emoções, de liderança e gestão de tarefas no processo educativo global, num quadro da Educação para Todos.

As competências do docente devem permitir uma prática profissional em que o aluno faz parte de um sistema mais complexo e global de ensino e de aprendizagem. Para isso, devem habilitar o docente para colocar a sua atenção sobre o aluno na modelação da ação docente, requerendo a sua atenção para com as suas especificidades físicas, mentais, socioculturais, identitárias e experiências prévias como potenciais acessibilidades, na apropriação do conhecimento curricular, bem assim, para o combate a eventuais sinais e fatores de discriminação, de exclusão e de desmotivação na salvaguarda da aprendizagem e do desenvolvimento do autoconhecimento e do autoconceito, pelo aluno.

Trata-se de competências que sustentam decisões sobre a mediação do conhecimento escolar no apoio ao aluno, na compreensão e atribuição de significados ao conhecimento dentro das realidades pessoais. Também, que garantem que todos os alunos beneficiem de iguais oportunidades de realização de um percurso formativo de sucesso, bem assim, asseguram condições do trabalho discente com estímulos de motivação, de autonomização, de responsabilização pela aprendizagem e de adoção de comportamentos assertivos e éticos na turma, na escola e na vida social em geral.

As competências gerais do docente devem capacitá-lo bastante para desempenhar plenamente as suas funções, independentemente do nível de ensino para o qual é formado, devendo estar capacitado para:

- a) Dominar os conhecimentos científico, técnico e metodológico necessário ao exercício da função docente, fazendo bom uso dos contributos das ciências-base da sua habilitação profissional;
- b) Assumir liderança educativa, direção de turma ou funções pedagógicas ao nível do agrupamento ou da escola e compreende as conexões interdisciplinares, que interferem na sua ação pedagógica e na realização integral do programa destinado ao ano de estudo ou plano de estudos do ciclo, entre outras;
- c) Implementar recursos para comunicar com correção linguística e ética, bem como domina competências promotoras da comunicação assertiva e afetiva de estímulo à participação e ao trabalho colaborativo, fazendo bom uso delas nas dinâmicas de socialização e do trabalho individualizado com o aluno, com a turma e com os pares;
- d) Promover e valorizar a literacia científica, tecnológica e linguística, manifestando a capacidade de expressão e comunicação, empregando a ciência e o saber científico em diferentes linguagens;
- e) Demonstrar inteligência emocional para a gestão de conflitos e para promover a mediação educativa, devendo organizar e trabalhar com o aluno mobilizando estratégias de afirmação da autoestima, do autoconceito e da autoimagem, essas fundamentais para o seu equilíbrio emocional e o bem-estar geral;
- f) Cultivar o diálogo, a negociação e a cooperação com os outros na compreensão, gestão e disseminação da ciência e da tecnologia;
- g) Adequar o currículo e a avaliação da aprendizagem, usando métodos e instrumentos promotores da aprendizagem articulados com os processos de ensino, para garantir condições de monitorização e de autorregulação;

- h) Dominar ferramentas pedagógicas de observação, análise, diagnóstico e monitorização do ensino e da aprendizagem;
- i) Promover estímulos e estratégias de motivação para a aprendizagem, considerando as particularidades do aluno, com especial atenção para a diferença determinada por necessidades educativas especiais, garantido um lugar ativo na turma, no processo formativo e nas possibilidades de capacitação e desenvolvimento da autonomia;
- j) Organizar e implementar estratégias de gestão flexível do currículo e da sua avaliação considerando o aluno, o tempo de lecionação, os objetivos de aprendizagem, as atividades, a adequação de conteúdos e a intervenção pedagógica, bem como os perfis, as necessidades e os ritmos de aprendizagem;
- k) Assumir atitude crítica-reflexiva perante o conhecimento da área científica, visando o aprimoramento constante de seu trabalho docente e educativo em geral;
- l) Realizar investigação-ação em sala de aula, na escola ou no Sistema Educativo, visando o aprofundamento científico, o conhecimento das realidades dos alunos e o desenvolvimento de soluções educativas adequadas à prática docente e ao aperfeiçoamento profissional;
- m) Incorporar as tecnologias da informação e do conhecimento na gestão do currículo e da sua avaliação, das metodologias, da comunicação, do trabalho com o aluno e da investigação educativa;
- n) Demonstrar pensamento crítico, criativo e inovador na ação profissional e criar situações pedagógicas que permitam o estímulo à concentração, à comunicação oral e escrita, à imaginação, à criatividade e ao autocontrolo pelo aluno;
- o) Promover a solidariedade para com os outros e na participação social;
- p) Realizar devida articulação dos objetivos de ensino e de aprendizagem com os projetos da escola e da comunidade educativa e com os projetos de investigação, bem como zelar pela conservação dos bens e meios de realização das atividades escolares, sob a sua responsabilidade;
- q) Percecionar necessidades e oportunidades de aprofundamento e renovação do conhecimento profissional, com iniciativas formativas de desenvolvimento profissional e participação ativa na autoavaliação do desempenho;
- r) Produzir ideias e soluções inovadoras, em resultado da interação e da reflexão, aplicando-as a diferentes contextos e áreas de aprendizagem, usando estratégias e abordagens que o permitam estimular o pensamento crítico e o trabalho autónomo pelo

aluno, tendo em vista a realização de aprendizagens, dentro e fora da escola;

s) Possuir conhecimentos e competências que permitam a sinalização de crianças com Necessidades Educativas Especiais e, em articulação com as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva, implementa medidas especiais de acordo com o perfil de funcionalidade de cada um, interage com atores educativos visando a inclusão através da compreensão das características das deficiências e da sua habitualidade nas relações interpessoais;

t) Intervir de forma crítica, reflexiva, ética e deontológica nos projetos e processos de desenvolvimento educacional, das comunidades escolar e educativa, compreendendo a escola e as suas conexões com o contexto em que ela se insere, manifestando autoconfiança e trabalho contínuo para ultrapassar dificuldades pessoais;

u) Refletir sobre a sua prática guiando-se por princípios éticos e humanísticos, assumindo-se democrático, sociável, participativo, compreensivo, organizado, solidário, posicionando-se como integrador de diferenças e de identidades com honestidade, assertividade, propósito e proatividade, ciente da importância da sua intervenção na estrutura organizacional da escola, nas funções, papéis, relações, obrigações e garantias;

v) Assumir protagonismo na participação coletiva e cooperativa de elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo, identificando formas positivas de atuação nos contextos da prática profissional;

w) Executar a supervisão entre pares, no desenvolvimento da atividade pedagógica do coletivo docente;

x) Cultivar uma atitude responsável no cumprimento de regras e normas de conduta relacional e pedagógica;

y) Desenvolve estratégias de colaboração com a comunidade educativa, visando a resolução dos desafios educativos, especialmente através parcerias com os encarregados da educação, tendo em vista a melhoria da qualidade das aprendizagens;

z) Acolher e apoiar as relações interpessoais envolvendo os alunos e as suas famílias, integrando-os independentemente da organização familiar, classe social, cultura, etnia, género ou outras questões identitárias, visando um clima de escola de bem-estar emocional, afetivo e motivacional, apropriada ao desenvolvimento integral dos alunos;

aa) Cultivar a preservação do ambiente, promover a educação para a saúde, valorizar a educação e o trabalho, todos no quadro da cidadania responsável, integrando novos conteúdos curriculares e novas metodologias de ensino e de orientação da aprendizagem,

visando o desenvolvimento do aluno, o seu próprio desenvolvimento e a qualificação permanente do Sistema Educativo.

V

Competências do Educador de Infância

A educação de infância constitui uma etapa importante da educação da criança e facilita o acesso à educação escolar.

Uma boa educação na infância, com destaque para o pré-escolar, deve ser o início de um formativo escolar de sucesso. Para isso, o docente agrega conhecimentos e competências da formação geral e da formação específica para uma atuação profissional no quadro da inclusão educativa, no intervalo de zero aos seis anos de idade. Trata-se de reunir competências profissionais e sensibilidades para lidar com as crianças mais novas do sistema educativo, envolvendo particularidades da sua tenra idade e condicionalismos da iniciação ao percurso escolar.

Assim, a ação docente deve fluir na complementaridade do processo de socialização e educação familiar e garantir a preparação para a continuidade das aprendizagens no ensino escolar. Por isso, o docente deve ser capaz de criar ambientes de comunicação com a criança e com os seus familiares, assegurando laços afetivos, recetividade e interatividade. Implica flexibilidade, criatividade e capacidades para gerir as necessidades e as imprevisibilidades da criança, transmitindo-lhe confiança, segurança e afetividade.

Na transição entre o ensino pré-escolar e o ensino escolar, o docente deve conhecer o plano de estudo, bem como os programas das áreas curriculares do primeiro ano de escolaridade, bem como as metodologias de ensino usadas no 1º ciclo. Deve trabalhar de forma colaborativa com esse ciclo de estudos e ser proativo e integrativo, na lógica do agrupamento e/ou escola onde exerce funções.

Juntamente com as competências gerais docentes, esse docente deve, ainda, ser capacitado para diferentes situações de trabalho específicas da função de educador de infância, para a qual é formando, para atuar na formação de crianças do zero aos seis anos, devendo estar capacitado para:

- a) Conceber planos de ação que privilegiem a brincadeira, diferentes linguagens e interações, avaliações, continuidades ou novos encaminhamentos;
- b) Realizar e orientar as crianças em momentos de alimentação e higiene, fazendo-as compreender e interiorizar as noções básicas e habilidades em causa;
- c) Acompanha os momentos do repouso e do sono;

- d) Proporcionar atividades com propostas de ensino e de aprendizagem, para manter as crianças ativas;
- e) Garantir a segurança das crianças na instituição;
- f) Promover a interação das crianças, entre si, trabalhando sobre os preconceitos e sobre a aceitação da diferença;
- g) Fazer a iniciação ao ensino escolar, focando-se no desenvolvimento e na mobilização de conhecimentos e as competências necessárias à continuidade da ação educativa;
- h) Criar ambientes de estimulação comunicativa gerando oportunidades de interação e outras situações de ensino e de aprendizagem colaborativas e inclusivas;
- i) Promover diferentes tipos de linguagens e expressões: estimular a iniciação à leitura, escrita e literacia criativa; organizar atividades de jogo simbólico e dramático, visando o desenvolvimento da expressão e da motricidade, estimula a capacidade narrativa e a comunicação verbal e não-verbal, e atividades que permitam à criança produzir sons e ritmos com o corpo, usar adequadamente a voz e instrumentos musicais ou outros; estimular a capacidade de escuta, de análise e a sensibilidade; organizar esses jogos com regras progressivamente mais complexas, proporcionando o controlo motor na atividade lúdica e a motricidade fina e ampla, permitindo à criança aprender a manipular objetos e a interiorizar regras;
- j) Incentivar a observação, a exploração e a descrição de relações entre objetos, pessoas e acontecimentos, com recurso à representação corporal, oral e gráfica;
- k) Produzir oportunidades para a apropriação da noção de quantidade, com recurso à comparação, à estimativa e à utilização de sistemas convencionais e processos não convencionais de numeração e medida;
- l) Estimular a curiosidade e a capacidade de identificar características naturais, sociais e do meio envolvente;
- m) Promover a capacidade de organização temporal, espacial e lógica na observação de factos e acontecimentos;
- n) Despertar o interesse pelas tradições organizando atividades adequadas para esse fim e cria situações de observação de fenómenos naturais e acontecimentos sociais, que favoreçam a interpretação e a inserção da criança no seu contexto com ética, respeito e proteção do ambiente e das identidades culturais;
- o) Usar e disponibiliza materiais estimulantes diversificados, incluindo os selecionados a

partir do contexto e das experiências de cada criança;

p) Proceder à organização do tempo de forma flexível e diversificada, proporcionando a apreensão de referências temporais pela criança;

q) Promover o envolvimento da criança em atividades e em projetos por iniciativa da mesma, do grupo, do docente, ou de ambos, no âmbito da escola e da comunidade;

r) Observar cada criança, cada pequeno e grande grupo, com vista a adequar a planificação às necessidades, aos objetivos da aprendizagem e desenvolvimento, ao estímulo da curiosidade pelo meio, na perspetiva da capacitação, identificação e resolução de problemas.

VI

Competências do docente da Educação Especial

As necessidades educativas especiais (NEE) são todas as situações que condicionam a interação do jovem com o meio, afetando a aprendizagem e exigindo uma atenção mais específica e recursos educativos diferenciados, por vezes, individualizados.

Considera-se aluno com necessidades educativas especiais aquele que, ao longo do processo educativo, apresente limitações significativas ao nível da atividade e da participação num, ou vários domínios da vida. Essas limitações marcam alterações da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, do relacionamento e da participação social e produtiva.

A educação dos jovens com necessidades educativas especiais coloca-se à escola, com algum cuidado acrescido, no quadro da inclusão educativa. Trata-se do imperativo de elaborar e conduzir projetos de ensino e de aprendizagem especializados em função das necessidades educativas especiais, de cada um desses jovens.

O docente da educação especial pode desenvolver a sua atividade em sala de aula de qualquer nível de ensino, mas pode ser, igualmente, integrado numa equipa multidisciplinar de uma escola e/ou em outros espaços do agrupamento/escola, bem como, em associações e outras instituições educativas.

No exercício da função, o docente da educação especial deve reunir as competências gerais docentes e competências específicas, devendo estar capacitado para:

a) Dominar o conhecimento teórico e prático associado ao conceito de necessidades educativas especiais, particularmente os aspetos históricos e sociais da educação da pessoa com deficiência;

- b) Possuir noções sobre os aspetos fisiológicos e clínicos das deficiências;
- c) Motivar e despertar a curiosidade do aluno com NEE pelo conhecimento escolar;
- d) Demonstrar conhecer o aluno com NEE nos seus interesses, limites e potencialidades;
- e) Criar estratégias de compreensão e aceitação do aluno com NEE pelo grupo turma, valorizando a interação, a comunicação e colaboração dele para os seus pares e desses para com ele;
- f) Determinar os objetivos cognitivos, afetivos e psicomotores a atingir, para cada caso, sabendo ajustar as abordagens às limitações e possibilidades de realização dos objetivos de aprendizagem;
- g) Usar métodos e intervenções pedagógicas adequados às particularidades do aluno com NEE, considerando os condicionalismos à sua aprendizagem, à forma como aprende e mobiliza as competências adquiridas;
- h) Observar, analisar e adequar os conteúdos de aprendizagem, caso a caso, com estratégias, atividades, formas de acompanhamento e avaliação, por meio de planos educativos individuais;
- i) Desenvolver atividades complementares baseadas na flexibilização e adaptação do currículo, dos métodos e recursos, no trabalho com alunos com NEE, quando integrados em turmas comuns;
- j) Produzir indicadores e elabora registos sobre a evolução do desempenho do aluno com NEE, no domínio dos conteúdos curriculares;
- k) Utilizar diversas contribuições culturais para facilitar, ao aluno com NEE, a compreensão e inserção no mundo;
- l) Mobilizar conhecimentos, criar e implementar estratégias, para ajudar o aluno com NEE a tornar-se autónomo e responsável, estimulando-o para a compreensão de si e do conhecimento curricular, bem como das suas relações e necessidades sociais;
- m) Mobilizar recursos didáticos e pedagógicos para a inclusão de alunos com NEE nos grupos de trabalho e na escola, salvaguardando percursos adaptados;
- n) Identificar as necessidades educativas de cada aluno por meio de avaliações especializadas;
- o) Orientar os processos educativos dos alunos com NEE, criando estratégias facilitadoras da transição entre ciclos de estudo.

p) Identificar habilidades básicas de autogestão e de apoio à integração no mercado de trabalho.

q) Nas matérias da especialidade, o docente da educação especial deve dominar competências para lidar com diferentes conjuntos de deficiências.

Deficiência física

Para trabalhar com alunos com deficiência física, o docente, ainda, deve estar capacitado para:

- a) Identificar diferentes formas de manifestação de deficiência física;
- b) Conhecer recursos de comunicação alternativa;
- c) Promover recursos de acessibilidade;
- d) Conhecer e produzir materiais pedagógicos adaptados;
- e) Adotar formas de acompanhamento alternativo, em sala de aula comum.

Deficiência auditiva

Para trabalhar especificamente com alunos com deficiência auditiva, o docente deve, também, estar capacitado para:

- a) Identificar aspetos culturais próprios da comunidade surda;
- b) Dominar a língua gestual;
- c) Dominar a metodologia de ensino de línguas gestuais portuguesa e caboverdeana;
- d) Usar materiais didáticos e pedagógicos com base na pedagogia visual e da língua gestual, entre outros.

Deficiência visual

Para trabalhar com alunos com deficiência visual, o docente, ainda, deve estar capacitado para:

- a) Dominar o sistema de leitura e escrita Braille;
- b) Implementar metodologias de ensino e de aprendizagem para apoio a pessoas cegas;
- c) Dominar conhecimentos sobre orientação, mobilidade e realização de atividades da vida diária;
- d) Dominar ferramentas de comunicação (sintetizadores de voz para ler e escrever), via

computador;

e) Conhecer e produzir material didático adaptado, de acordo com a deficiência visual.

Deficiência intelectual

Para trabalhar com alunos com deficiência intelectual, adicionalmente, o docente deve estar capacitado para:

a) Identificar e avaliar as necessidades de adaptação curricular;

b) Elaborar currículos e estratégias de ensino e de aprendizagem adaptados;

c) Reconhecer e produzir materiais didáticos facilitadores de aprendizagens alternativas, face aos objetivos de aprendizagem do ensino comum, considerando os limites impostos pela deficiência;

d) Usar metodologias de ensino e de apoio à aprendizagem adequadas a pessoas com deficiência intelectual.

VII

Competências do docente do 1º Ciclo do Ensino Básico

Inicialmente concebido para o regime monodocente, a lecionação do 1º ciclo passou a admitir a coadjuvação em algumas das suas áreas tradicionais. Atualmente, o currículo desse ciclo foi alargado para incluir a aprendizagem opcional de línguas estrangeiras.

O perfil de competências do docente formado para exercer funções no 1º ciclo do ensino básico, agrega competências gerais docentes e competências específicas dos domínios científico, técnico e de gestão curricular e pedagógica subjacentes à integração das áreas curriculares desse ciclo de estudos e à implementação da educação inclusiva.

Além dessas, esse docente deve conhecer as realidades social e cultural, que explicam a política educativa e curricular, no alinhamento da gestão educativa sob sua responsabilidade. Igualmente, deve deter competências que o permitam trabalhar com essa faixa etária, de forma a garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória.

Além disso, deve conhecer os planos de estudo e programas do pré-escolar e do 2º ciclo do ensino básico, de forma a precaver a transição entre ciclos. Nessa perspetiva, deve ser recetivo e estar empenhado a correlacionar-se com os docentes do pré-escolar e do 2º ciclo, de modo a facilitar a gestão da transição curricular e pedagógica. Esse processo é muito importante para a motivação, a compreensão e a qualificação progressiva das aprendizagens, por parte do aluno.

As competências do docente do 1º ciclo do Ensino básico devem permitir-lhe promover todas as vertentes do currículo e da atividade pedagógica, cuidando da articulação entre as aprendizagens desse ciclo, para com as aprendizagens do pré-escolar e para com as do 2.º ciclo do ensino básico, garantindo a sequencialidade e a coerência do conhecimento escolar.

O perfil formativo do docente desse ciclo de estudos deve acautelar todas as competências exigidas no quadro da atividade docente, nesse nível de ensino, designadamente, em língua portuguesa, matemática, ciências integradas e expressões, todos, presentes no plano de estudos e programas do ciclo escolar.

Língua portuguesa

Neste domínio, o docente deve estar capacitado para:

- a) Dominar a língua portuguesa e as metodologias de ensino da mesma;
- b) Apoiar o desenvolvimento da compreensão e da expressão oral, mobilizando conhecimentos relativos aos processos de desenvolvimento da língua e da comunicação interpessoal;
- c) Promover o domínio da escrita e da leitura, mobilizando conhecimentos científicos de produção e compreensão de textos escritos e suas relações com a comunicação oral;
- d) Orientar a produção de textos escritos e integra essa produção nas atividades de aprendizagem, levando o aluno a mobilizar diversas estratégias para a aprendizagem da escrita com materiais e suportes variados;
- e) Apoiar o aluno nos domínios de estratégias de estudo e de aprendizagem, no desenvolvimento da leitura em variados tipos de textos e com diferentes finalidades;
- f) Promover hábitos de reflexão tendentes ao conhecimento explícito de aspetos básicos da estrutura e do uso da língua, de modo que as competências linguísticas do aluno se desenvolvem de forma contextualizada e em interação comunicativa;
- g) Promover a aprendizagem da língua portuguesa como língua segunda, atendendo à sua função instrumental e à realidade bilingue do aluno caboverdeano.

Matemática

Neste domínio, o docente deve estar capacitado para:

- a) Incentivar o gosto pela matemática, favorecendo a articulação entre a matemática e a vida, pela resolução de problemas e explicitação de raciocínios;
- b) Exercitar a construção do conhecimento matemático, mobilizando conhecimentos relativos ao modo como as crianças aprendem a matemática e aos contextos em que ocorrem essas aprendizagens;
- c) Dominar conceitos, técnicas e processos matemáticos implicados no currículo e na sua gestão pedagógica, designadamente para a compreensão e representação dos números, das operações aritméticas, de compreensão do processo de medição e dos sistemas de medida, do conhecimento de formas geométricas simples, da recolha e organização de dados e da identificação de padrões e regularidades;
- d) Capacitar para identificar, definir e discutir conceitos e procedimentos, bem como aprofundar a compreensão de conexões, entre eles, e entre a matemática e as outras áreas curriculares;
- e) Criar oportunidades de investigação em matemática, utilizando diversos materiais e tecnologias, para desenvolver a autoconfiança do aluno na aprendizagem da matemática.

Ciências integradas

Neste domínio, o docente deve estar capacitado para:

- a) Construir uma abordagem pedagógica facilitadora da aquisição de uma atitude científica, mobilizando os processos pelos quais reconstrói o conhecimento escolarizado;
- b) Articular estratégias de desenvolvimento da curiosidade pelo saber e pelo conhecimento rigoroso e fundamentado da realidade social e natural;
- c) Promover o reconhecimento do valor e dos limites da ciência, articulando as realidades sociais e naturais com as aprendizagens escolares;
- d) Conduzir à compreensão das conexões entre ciência, tecnologia e desenvolvimento, recorrendo, nomeadamente, à construção de objetos simples, ao uso de modelos e à resolução de problemas;
- e) Conduzir a aprendizagem integrada de conteúdos e de processos das ciências sociais e da natureza;

f) Dominar referentes espaciais, temporais e fatuais que permitem ao aluno construir a sua identidade e situar-se no tempo e no espaço local, nacional e mundial, com recurso a elementos da história, da geografia e dos contextos sociais;

g) Envolver o aluno em atividades de índole experimental e de sistematização de conhecimentos da realidade natural, nomeadamente os relativos à natureza da matéria, ao sistema solar, a aspetos do meio físico, aos seres vivos e ao funcionamento, à saúde e à segurança do corpo humano.

Educação física

Neste domínio, o docente deve estar capacitado para:

- a) Promover o desenvolvimento físico-motor numa perspetiva integrada, visando a melhoria da qualidade de vida e a promoção de hábitos de vida ativa e saudável;
- b) Criar situações de aprendizagem que favorecem o lúdico, a capacidade de atingir objetivos e vencer dificuldades, tendo em conta o desenvolvimento de atitudes responsáveis e de respeito pelas diferenças individuais na atividade física;
- c) Desenvolver estratégias que valorizem o papel e os benefícios formativos da atividade física, em articulação com outras experiências da aprendizagem curricular.

Educação artística e cultural

Neste domínio, o docente deve estar capacitado para:

- a) Proporcionar situações de aprendizagem para permitir o desenvolvimento das expressões artísticas e criativas, com estratégias que integrem processos artísticos nas aprendizagens;
- b) Dominar competências artísticas essenciais e processos de pensamento criativo, utilizando materiais, instrumentos e técnicas usados na gestão do currículo da educação artística;
- c) Dominar metodologias de ensino de arte e de cultura;
- d) Promover o conhecimento artístico da cultura caboverdeana, integrada no mundo global;
- e) Apreciar as artes e ajudar a compreensão da sua função na sociedade, valorizando o património artístico e ambiental da humanidade.

VIII

Competências do docente do 2º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário

As atuais políticas educativas e curriculares e de organização da rede escolar, indicaram o sentido do desenvolvimento de um cenário de perfil único como solução inovadora, para a reorganização da oferta formativa dirigida aos docentes que atuam por disciplina ou área disciplinar única, em regime de pluridocência. Consideram-se vantagens dessa medida:

- a) A melhoria da gestão dos conteúdos da área científica, de forma a fazê-la progredir ao longo dos anos sem sobreposições;
- b) O equacionamento das dificuldades pedagógicas que se colocam a cada domínio científico, na transição entre anos de estudo, ciclos e níveis de ensino;
- c) A melhoria da gestão de respostas educativas dirigidas ao aluno com necessidades educativas especiais;
- d) A facilidade de organização do desenvolvimento curricular, por área disciplinar;
- e) A promoção de um funcionamento integrado dos dois níveis de ensino, proporcionado pela atividade docente em geral e pela gestão curricular e pedagógica em particular;
- f) A correção de práticas de planificação das disciplinas ou áreas disciplinares no ciclo de estudo, visando uma abordagem sequencial e progressiva do currículo;
- g) A construção de uma abordagem pedagógica na lógica do agrupamento, impulsionando correções, adequações e remediações em função dos processos evolutivos do aluno e do tempo que cada um precisa para alcançar o sucesso;
- h) A melhoria da articulação entre os docentes, facilitando a formação de comunidades de práticas e o desenvolvimento de relações interpessoais de partilha e de trabalho pedagógico colaborativo;
- i) A aproximação dos docentes dos diferentes níveis de ensino do agrupamento e de diferentes grupos disciplinares;
- j) A simplificação de processos de seleção da coordenação do núcleo/grupo disciplinar.

O exercício profissional docente para assumir atividades de ensino entre o 5º ano e o 12º ano de escolaridade, segue duas orientações básicas: uma, na lógica disciplinar e outra, na lógica de associação de áreas disciplinares, exigindo concretamente a lecionação de uma ou duas áreas disciplinares. Dos pontos de vista curricular e pedagógico, procura-se, nessa condição, alcançar uma melhor gestão da área científica de lecionação, em si mesma, pelo docente desses anos de

estudo, para que em poucos anos construa uma visão global e integrada dos conteúdos, métodos e tempos de leção.

O docente do 2º ciclo do ensino básico e secundário deve reunir competências para, conjuntamente com o docente do 1º ciclo, garantirem a transição entre os dois ciclos. De igual modo, deve atuar para reduzir o insucesso na transição entre o 2º ciclo do ensino básico e o ensino secundário. Para isso, deve possuir conhecimentos sólidos e apresentar uma postura receptiva e soluções de articulação entre os ciclos de estudos e facilidades de trabalho colaborativo.

A organização dos perfis profissionais docentes para o 2º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, emerge do desenvolvimento de uma estrutura global, com enquadramento das áreas científicas em função da organização de núcleos de coordenação curricular e pedagógica, visando a gestão do serviço educativo do agrupamento/escola, nos termos enunciados pelo Regime da Organização, Administração, Gestão e Funcionamento dos Estabelecimentos Públicos dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-lei n.º 8/2019, de 22 de fevereiro).

IX

Ensino de Línguas

A formação do docente desta área científica comporta o ensino específico da língua portuguesa e do ensino de línguas estrangeiras.

Constitui um desafio permanente para o docente cabo-verdiano, o ensino da língua portuguesa em contexto bilingue, sendo que, grande parte dos alunos cabo-verdianos inicia a sua aprendizagem aos seis anos. Das línguas nacionais, caboverdeana e portuguesa, a última detém o estatuto de língua oficial assumindo a função instrumental no currículo. Em língua portuguesa é concebido o projeto socioeducativo e orientada a sua gestão e avaliação, desde as estruturas centrais à sala de aula. Por essa razão, o domínio dessa área disciplinar é transversal a todos os docentes e subsistemas. Contudo, a determinação de um perfil específico para o docente da língua portuguesa é fundamental para a formação específica do docente dessa área disciplinar.

Aprender uma língua estrangeira, amplia a perceção sobre como os significados e sentidos são construídos nos contextos culturais de origem e sobre como a heterogeneidade marca a linguagem, a língua e a comunicação.

O ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras estiveram sempre presentes na escola caboverdeana. O mundo globalizado redobrou a sua importância e reforçou o seu valor nos currículos escolares, capitalizando-as para a vida social, laboral e para a mobilidade territorial.

O domínio de várias línguas permite experiências de comunicação com outros povos e culturas e

amplia as visões explicativas do mundo. Facilita a internacionalização, a compreensão de si e do lugar que se ocupa nesse mundo. Confere o cosmopolitismo almejado pela política educativa e pelo desenvolvimento económico e social.

X

Ensino de Língua Portuguesa

O Docente da Língua Portuguesa deve considerar a aprendizagem da língua e do seu carácter instrumental na aprendizagem das outras áreas de conhecimento.

Ensinar a língua portuguesa em contexto bilingue é, e sempre foi, um desafio para o docente caboverdeano, ele próprio um bilingue, com grande parte dos alunos a usarem a língua portuguesa pela primeira vez aos seis anos de idade.

O ensino de língua portuguesa deve-se ao seu papel identitário na cultura caboverdeana e ao seu papel instrumental na comunicação da ciência e da tecnologia, bem como na afirmação sociopolítica e cultural do país no mundo globalizado, com destaque para a Comunidade de Estados de Língua Portuguesa.

De acordo com a função instrumental da língua portuguesa e suas implicações na escolha e gestão dos conhecimentos e das abordagens no ensino, prevenindo as competências específicas dos alunos para cada perfil de saída do ensino secundário, o docente deve dominar diferentes abordagens dessa área, adequando-a aos perfis disciplinares e aos objetivos e fins de aprendizagem.

O foco na diferenciação das abordagens permite, a esse docente, trabalhar a língua de forma diferenciada para alunos dos perfis de saída das ciências ditas exatas, das ciências sociais e humanas, das artes, do ensino técnico e da educação de jovens e adultos.

O docente da língua portuguesa deve possuir competências de apoio ao aluno, na construção de sentidos e significados científicos, culturais, éticos e democráticos, de desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo e de afirmação da identidade cultural caboverdeana.

O perfil de competências docentes, específico para a área, deve permitir ao docente de língua portuguesa estar capacitado para:

- a) Dominar o conhecimento em língua portuguesa e apoiar a interpretação dos fenómenos linguístico e literário nas dimensões discursiva, semântica, gramatical e pragmática;
- b) Promover a aprendizagem de marcas de variação linguística, relativas aos fatores geográficos, históricos, sociológicos e técnicos, bem como das diferenças entre a linguagem oral e a escrita, a seleção de registo em situação interlocutora (formal,

informal) e as componentes do sistema linguístico em que a variação se manifesta (fonética, léxico, morfologia e sintaxe);

c) Promover o entendimento da variedade linguística em registos de fala e de escrita, nos domínios de sistemas pronominal, de tempos verbais e seu emprego, de casos de concordância, de regência nominal e verbal para a recuperação e de referência e manutenção da coesão do texto;

d) Orientar processos de desenvolvimento da consciencialização sobre as implicações discursivas decorrentes de relações entre forma e sentido, por meio de recursos expressivos (sintáticos e morfológicos), os quais permitem expressar diferentes pontos de vista;

e) Promover o uso de recursos linguísticos expressivos em textos, relacionando-os com as intenções do enunciador, com articulação dos conhecimentos prévios e das informações textuais, incluindo as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas e pragmáticas) autorizadas pelo texto, para explicar ambiguidades, ironias e expressões figurativas, opiniões e valores implícitos, bem como as intenções do enunciador/ autor;

f) Promover análises, comparações e argumentações sobre diferentes discursos, na língua falada e na língua escrita, observando a estrutura, a organização e o significado face às condições de produção e recepção;

g) Articular informações linguísticas, literárias e culturais, estabelecendo relações entre linguagem e cultura nacional, comparando situações de uso da língua em diferentes contextos históricos, sociais e espaciais, reconhecendo as variedades linguísticas existentes e os vários níveis e registos de linguagem com o aluno;

h) Trabalhar o desenvolvimento da compreensão do texto literário, relacionando-o com os problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do momento presente;

i) Conduzir a análise crítica de obras literárias, por meio do contacto direto com elas e pela aplicação de categorias de obras de crítica e de teoria literárias, bem como reconhece textos literários e intertextualidade, correlaciona a crítica analítica de textos literários com outros tipos de discurso e com os contextos em que se inserem;

j) Promover o conhecimento e valorização a literatura popular, estabelecendo diálogos intertextuais com a produção literária erudita, identificando e justificando formas e modos de representação linguística do imaginário coletivo e da cultura, pela análise de texto;

k) Caracterizar textos em linguagens verbais e não-verbais, analisando e comparando suas

especificidades na transposição de uma para outra;

l) Promover situações de comunicação oral e de interação em grupo, visando a autonomia do aluno na interpretação e uso da língua portuguesa, ajudando-o a planejar, realizar e avaliar atividades articuladas com textos;

m) Analisar o currículo da língua e literatura portuguesa, para os diferentes ciclos de estudo, identificando os pressupostos teóricos nos processos de ensino e de aprendizagem, com base nas metodologias instituídas;

n) Adequar diferentes experiências didáticas na resolução de problemas de ensino e de aprendizagem, visando a produção de texto com elementos relevantes, envolvendo estratégias adequadas a diferentes teorias e métodos, no ensino e na aprendizagem da língua e da literatura portuguesa.

XI

Ensino de línguas estrangeiras

O ensino de língua estrangeira tem suas implicações na escolha e gestão dos conhecimentos e das abordagens no ensino, prevenindo as competências específicas dos alunos para cada perfil de saída, envolvendo o domínio de diferentes abordagens dessa área, adequando-a aos perfis disciplinares e aos objetivos e fins de aprendizagem.

O foco na diferenciação das abordagens permite trabalhar a língua estrangeira de forma diferenciada para alunos dos perfis de ciências ditas exatas, de ciências sociais e humanas, de artes, do ensino técnico e da educação de crianças e de jovens e adultos.

No exercício da função de docente de uma língua estrangeira, o docente deve reunir competências específicas que o permitam estar capacitado para:

a) Dominar conhecimentos e estratégias para apoiar a compreensão da presença da língua estrangeira, na cultura e na vida em sociedade e a sua articulação com as experiências do aluno, vivenciadas em sala de aula e na vida cotidiana;

b) Orientar a compreensão de um texto em língua estrangeira, de temas concretos ou abstratos incluindo discussões educacionais pertinentes para o campo de especialização e para compreender as relações entre o texto e seu contexto de produção;

c) Promover a produção de textos em língua estrangeira, sobre uma gama variada de assuntos e explica pontos de vista, mostrando vantagens e desvantagens sobre vários aspectos;

- d) Trabalhar o entendimento da linguagem como uma prática social heterogênea que se constrói dentro de contextos variados, em que há diversidade cultural e social, reconhecendo as múltiplas possibilidades de construção de sentidos derivados da forma e do contexto;
- e) Apoiar a compreensão e análise de intertextualidades e multimodalidades inerentes à linguagem e à comunicação na sociedade atual, tanto nas línguas nacionais quanto na língua estrangeira que leciona;
- f) Compreende que o ensino de língua estrangeira na escola focaliza-se nos objetivos linguísticos, instrumentais, educacionais e culturais;
- g) Compreender o papel educacional da língua estrangeira no currículo escolar;
- h) Interpretar a leitura e a escrita como atividades socioculturais de partilha de relações, visões de mundo e convenções, bem como atividades em que estão envolvidas a imaginação, a criatividade e as emoções;
- i) Promover situações coletivas de diálogo e de interação em pequenos grupos, visando a autonomia do aluno, ajudando-o a planejar, realizar e avaliar atividades articuladas com textos em língua estrangeira;
- j) Reconhecer e promover o diálogo e a aproximação entre as temáticas e conteúdos curriculares com o contexto da escola e da realidade do aluno;
- k) Identificar as contribuições de diferentes ferramentas de apoio didático, no ensino e na aprendizagem da língua estrangeira;
- l) Escolher dispositivos didáticos de diferenciação e de promoção de diversidade na turma, evitando reduzir as situações de aprendizagem à tradução literal de textos, ou à confecção de listas bilíngues de vocabulário;
- m) Usar as tecnologias da informação e da comunicação como elos de aproximação das vivências do aluno com a língua estrangeira fora da escola, distinguindo-as daquelas promovidas no interior da sala de aula;
- n) Trabalhar as concepções de língua, no ensino e na aprendizagem, distinguindo as associadas a objetivos estritamente linguísticos, das que combinam objetivos linguísticos, culturais e educacionais;
- o) Enquadrar práticas pedagógicas alternativas, que apresentem maior sintonia entre os objetivos curriculares e as condições do contexto de ensino de língua estrangeira;

- p) Usar os conteúdos da língua estrangeira na construção, análise e problematização de visões de mundo;
- q) Identificar o dinamismo entre oralidade e escrita, nas dimensões fonológica, grafológica e socio discursiva;
- r) Analisar estrutura, organização e significação de textos na língua estrangeira;
- s) Implementar estratégias de leitura que destaquem as relações entre um texto e seu contexto de produção, bem como as diferenças entre o contexto de leitura e o contexto de produção do mesmo;
- t) Trabalhar o objetivo de um texto e a quem ele se dirige, com base em pistas verbais e não-verbais;
- u) Identificar, de entre os vários sentidos de uma palavra ou expressão, aquele que é pertinente no contexto em que está inserida;
- v) Aplicar o conhecimento de regras e de convenções da língua estrangeira, relacionando-as com os contextos de uso e com intenções que permeiam a comunicação.

XII

Ensino de História e Geografia, Geografia, Antropologia, Filosofia, Sociologia, Psicologia e Direito

Os docentes dessas áreas científicas devem ter competências específicas da área ou áreas do conhecimento que ministram.

XIII

Ensino de História e Geografia

O docente que leciona as áreas de história e geografia deve reunir conhecimentos e competências em história e nas componentes de geografia implicados na explicação dos fenômenos históricos no tempo e nos contextos físicos e sociais em que ocorreram.

Assim sendo, a sua formação deve acautelar conhecimentos e competências gerais do docente, bem como aqueles de história e de geografia, na perspectiva de integração dessas duas áreas científicas, permitindo realizar uma gestão pluridisciplinar, em que se agregam conteúdos de história e de geografia. Na sua junção, consubstanciam-se conhecimentos suficientes para a gestão da disciplina de antropologia.

Dessa forma, pretende-se facilitar a gestão dos recursos docentes dessas áreas, preparando-os

para ministrarem as duas áreas científicas do currículo escolar.

No exercício da atividade docente, o docente da disciplina de história e geografia deve reunir competências que o permitam estar capacitado para:

- a) Dominar o conhecimento e as competências específicas para o ensino das disciplinas de história, de antropologia e geografia;
- b) Dominar as características essenciais das relações de trabalho ao longo da história, tendo em conta a importância do trabalho humano e o desenvolvimento tecnológico na edificação dos contextos histórico-sociais e as características dos períodos, da pré-história à contemporaneidade;
- c) Estimular o conhecimento material caracterizador das civilizações e respetivos contextos geográficos, quanto à organização da vida económica social, política e cultural, relevando questões centrais como o surgimento do estado, da organização social e da religiosidade;
- d) Promover a apropriação das características sistémicas dos movimentos populacionais ao longo da História;
- e) Destacar aspetos das sociedades antes da expansão europeia para as Américas, a África e a Ásia, caracterizando territórios, diferenças socioculturais e materiais destas civilizações, no momento do contacto;
- f) Analisar com o aluno as principais características e resultados do encontro entre os europeus e as diferentes civilizações, realçando as transformações ocorridas nas paisagens natural, económica, política, social e cultural;
- g) Realçar a importância do estudo da História da África, identificando características essenciais dos territórios e da sua organização económica, social, religiosa e cultural, situando a história e a cultura caboverdeana nesse contexto;
- h) Dominar o conhecimento sobre como os territórios, a organização social, económica e política, tradicionais da cultura africana, influenciam a forma como as sociedades africanas se encontram organizadas hoje, com enquadramento da realidade cultural nacional;
- i) Demonstrar a influência do desenvolvimento político e económico mundial no contexto dos países africanos, particularmente para Cabo Verde;
- j) Problematicar as permanências e discontinuidades que se relacionam com o renascimento cultural, urbano e comercial e suas interfaces com a expansão marítimo-comercial dos séculos XV e XVI, no processo de formação dos estados nacionais;

- k) Caraterizar os conflitos religiosos ao longo da História, considerando-os no tempo e no espaço em geral, e as suas implicações em Cabo Verde;
- l) Dominar o processo histórico-cultural de Cabo Verde, destacando o lugar, o significado e o papel da língua caboverdeana nesse processo e nas realidades regionais e locais, relacionando a terra e das gentes;
- m) Promover a compreensão das formas de organização territorial, económica, política, social no quadro da esfera mundial e de Cabo Verde, resultantes do desenvolvimento científico técnico e informacional, pela intensificação dos fluxos da produção, do consumo e da circulação de pessoas, informações e ideias;
- n) Explicar a influência das instituições e movimentos político-sociais europeus sobre os territórios colonizados, identificando traços responsáveis pelo desenho das sociedades que se formaram nos séculos XIX, XX e nos tempos atuais, como a realidade caboverdeana;
- o) Explicar as principais caraterísticas e diferenças da colonização europeia na transformação do meio físico e humano das regiões dominadas, bem como, nos processos de independência e constituição das nações nos territórios dominados;
- p) Caraterizar e analisar as relações entre os processos da Revolução Industrial Inglesa e da Revolução Francesa e seu impacto sobre os empreendimentos coloniais europeus na América, África e Ásia, associando os factos aos contextos territoriais, numa explicação ampla das múltiplas transformações ocorridas, na europa e nos territórios colonizados;
- q) Demonstrar as singularidades do socialismo, do comunismo, do anarquismo e seus desdobramentos nos estados nacionais liberais, com destaque para Cabo Verde em África;
- r) Fazer entender o processo histórico como ação coletiva de diferentes sujeitos reconhecendo os espaços geográficos, os movimentos sociais rurais e urbanos como formas de resistência política, económica e cultural aos ideários capitalista, comunista e socialista, nas suas várias fases;
- s) Promover o conhecimento dos territórios e sociedades atuais, como resultados de lutas pelo poder entre as nações, compreendendo que a formação das instituições sociais é resultado de interações e conflitos de carácter económico, político e cultural, situando Cabo Verde nessas dinâmicas;
- t) Promover a análise das guerras mundiais, identificando contextos e caraterísticas, explicando as razões do desenvolvimento da supremacia dos Estados Unidos da América e do declínio da hegemonia europeia, destacando o contexto da Guerra Fria nas suas diferentes faces, territórios e setorizações;

- u) Dominar os processos de descolonização e as relações pós-coloniais entre os estados e continentes, com destaque para a história e cultura caboverdeanas;
- v) Identificar os principais movimentos de resistência aos governos militares em África, situando-os nos territórios, e o papel das Organizações Internacionais de Direitos Humanos, no qual se inclui a luta de Cabo Verde pela libertação nacional;
- w) Expressar domínio linguístico das línguas caboverdeana e portuguesa, enquanto vetores de afirmação da identidade cultural caboverdeana e de comunicação da cultura imaterial.

XIV

Ensino de Geografia

O docente que leciona a área de geografia de forma individualizada deve reunir competências específicas que asseguram estar capacitado para:

- a) Estimular a compreensão dos fundamentos e as relações espaço temporais pretéritas e atuais do planeta com vistas a identificar, reconhecer, caracterizar, interpretar, prognosticar factos e eventos relativos ao sistema terrestre e suas interações com as sociedades, na produção do espaço geográfico em diferentes escalas;
- b) Reconhecer e otimizar conceitos e procedimentos metodológicos, com vistas a desenvolver a análise e a formulação de hipóteses explicativas acerca da produção do espaço geográfico e da articulação de diferentes escalas geográficas.
- c) Relacionar os ambientes natural e construído, caracterizando o primeiro, pela relação entre seres entre si, e com os componentes inanimados do seu meio, e dando a compreender o que deveria ser um uso sustentável dos recursos naturais, considerando os limites da ação humana sobre o meio;
- d) Promover a aprendizagem da Terra no universo, associando os movimentos da Terra aos aparentes da Lua, do Sol e das estrelas, às medidas de tempo diário, às estações do ano e eclipses, assim como ter uma compreensão do Sistema Solar, com as dimensões, distâncias e características dos planetas e da forma como, tudo isso, interfere nas respostas físicas e químicas do planeta e nas reações da natureza animal e vegetal;
- e) Facilitar a construção de uma representação da Terra, nas suas dimensões, composições externas e estrutura interna, modelos de placas tectónicas associando essa compreensão com fenómenos naturais como vulcões, sismos, terremotos ou tsunamis, entre outros fenómenos naturais;

f) Desenvolver a aprendizagem técnica e instrumental de resolução de problemas, de forma a implementar a metodologia de resolução de problemas, a situações no ensino e na aprendizagem do conhecimento da geografia, conforme ciência de especialidade.

XV

Ensino de Psicologia

O docente que leciona a área de psicologia, deve deter um conhecimento profissional sólido e específico em matérias de comportamento e funções mentais, permitindo-o analisar e compreender os indivíduos, para proporcionar a resolução de problemas relacionados com o comportamento.

Esse docente deve reunir competências bastantes para apoiar tecnicamente o estabelecimento de ensino, na prestação de um serviço de psicologia à comunidade escolar. Deve conhecer o papel das funções mentais no comportamento individual e social, bem como, os processos fisiológicos e biológicos que acompanham os comportamentos e funções cognitivas. Deve estar habilitado para o diagnóstico e a prevenção de perturbações mentais, de personalidade ou distúrbios emocionais. Deve ser capaz de estudar o comportamento humano por meio da análise de suas ideias, valores e emoções, observar e identificar padrões de comportamento. Deve saber interpretar processos individuais, sociais e culturais, a partir da descrição, do conhecimento, da identificação, da caracterização, da relação, da análise e da avaliação de teorias, de fenómenos, de comportamentos e de situações.

O docente de psicologia deve reunir competências para demonstrar estar capacitado para:

- a) Dominar os processos emocionais e cognitivos estruturadores do comportamento e os fundamentos biológicos e sociais do comportamento humano;
- b) Promover a compreensão do homem e nos seus múltiplos contextos;
- c) Desenvolver capacidades de problematizar e de avaliar criticamente situações e comportamentos;
- d) Apoiar o aluno no desenvolvimento de capacidades de participação e de intervenção nos contextos em que se encontra inserido;
- e) Utilizar conceitos específicos da psicologia, sabe comunicar e é bom ouvinte;
- f) Ajudar a compreender a mensagem e a formulação de decisões e respostas, considerando as motivações do interlocutor;
- g) Criar motivação para a aprendizagem da psicologia, ajudando a dar sentido à educação

escolar;

h) Apoie o desenvolvimento da autoconfiança, o autoconceito e a compreensão do aluno no desenvolvimento de todos;

i) Apoiar o aluno na eliminação de barreiras de comunicação, traumas e hábitos prejudiciais;

j) Demonstrar ser persuasivo e apontar soluções, sem manipular ou induzir, levando o aluno a compreensão de si, na produção de soluções adequadas.

XVI

Ensino de Filosofia

O docente que leciona a área de filosofia deve ter domínio do conhecimento específico da área, combinando as concepções dos autores, temas e problemas da história da filosofia, para despertar nos jovens a importância da reflexão filosófica.

Os seus conhecimentos e competências devem permiti-lo estar capacitado para:

a) Refletir sobre o caráter crítico, reflexivo e sistemático da atitude filosófica, aplicadas aos temas e áreas tradicionais da filosofia (história da filosofia, metafísica, ética, filosofia política, epistemologia, teoria do conhecimento, lógica e filosofia da arte ou estética);

b) Desenvolver reflexões sobre as principais características da filosofia clássica, medieval, moderna e contemporânea;

c) Desenvolver formas de consciência crítica sobre o conhecimento, a razão e a realidade social, histórica e política, formulando e propondo, em linguagem filosófica, soluções para problemas nos diversos campos do conhecimento;

d) Analisar e interpretar textos teóricos, segundo os procedimentos da hermenêutica;

e) Dominar a importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;

f) Fazer a integração necessária entre a filosofia e a produção científica e artística, bem como com o agir pessoal, social e político;

g) Aplica o conhecimento filosófico na análise de temas e problemas contemporâneos, relacionados com os direitos humanos e com as questões de alteridade, visando à compreensão e superação das variadas formas de preconceito e humilhação, desenvolvidos com base no desconhecimento;

- h) Relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e do respeito à pessoa, dentro da tradição histórica de defesa dos direitos humanos;
- i) Apoiar o reconhecimento e a análise os principais elementos formadores dos conceitos de mito, cultura, alteridade, etnocentrismo e relativismo cultural, no combate aos pressupostos discriminatórios e pela valorização absoluta do ser humano;
- j) Ajudar a reconhecer em textos e/ou imagens elementos que identifiquem o papel da arte no universo subjetivo das representações simbólicas.

XVII

Ensino de Sociologia

O docente que leciona a área de Sociologia deve ter domínio do conhecimentos e competências específicos da área, combinando concepções dos autores, temas e problemas sociológicos.

Para o exercício da docência deve reunir competência de modo a estar capacitado para:

- a) Auxiliar a compreensão sobre a distinção entre o conhecimento de senso comum e o conhecimento científico, e explicitar a especificidade da tarefa do sociólogo enquanto cientista social.
- b) Provocar o entendimento de que o conhecimento sociológico é produzido a partir de uma postura diante dos factos sociais, marcada pelo estranhamento e desnaturalização, compreendendo que os processos sociais são fruto de fenómenos históricos, culturais e sociais.
- c) Compreender que o ensino de sociologia deve ter como objetivo desenvolver no aluno um olhar sociológico ou uma sensibilidade sociológica que lhe permita entender o seu lugar na sociedade e situar-se nela.
- d) Dominar os conhecimentos sociológicos necessários que permitam ao aluno perceber as dinâmicas de relação e interação sociais e construir explicações a respeito da sociedade e de suas transformações.
- e) Apoiar a compreensão de que o ensino de ciências sociais deve propiciar o conhecimento da e o respeito à sociedade caboverdeana, de sua posição no contexto internacional, bem como da diversidade, das desigualdades e diferenças que a constituem.
- f) Rotinizar práticas e atividades pedagógicas a partir das realidades do aluno, considerando a contexto social de origem, as vivências e experiências como forma de introdução, desenvolvimento e apreensão do saber sociológico;
- g) Promover e valorizar a capacidade de elaboração de um conhecimento crítico a respeito das

questões sociais, incentivando a autonomia intelectual;

h) Promover a importância da formalização dos direitos de cidadania, do conhecimento sobre o papel do cidadão e da participação política, desenvolvendo formas de reflexão e debate que capacitem o aluno a exercer de forma plena e consciente seus direitos e deveres civis, sociais e políticos;

i) Dominar as teorias clássicas e contemporâneas da sociologia, das metodologias científicas de investigação e das formas de ensiná-las, adequando-as à capacidade cognitiva do aluno;

j) Apoiar o reconhecimento da importância da pesquisa como recurso didático fundamental para o desenvolvimento do olhar sociológico, envolvendo o aluno em situações que lhe permitam observar e refletir criticamente sobre o mundo que o cerca.

XVIII

Ensino de Direito

O docente que leciona a área de direito deve possuir conhecimento e competências gerais docentes e específicas da área demonstrando solidez no domínio da área científica em todas as suas vertentes, para que possa apoiar o seu aluno na compreensão, histórica, antropológica, sociológica e filosófica, desse domínio científico e do seu funcionamento.

Para além do serviço docente, esse docente deve apoiar o estabelecimento de ensino, na interpretação de processos e procedimentos jurídicos.

Deve ser um profissional comunicativo, traduzindo com facilidade as suas ideias por escrito ou oralmente. Deve argumentar com proficiência e manter-se atualizado em permanência, para poder acompanhar o processo judicial e a instabilidade das decisões e proporcionar o conhecimento do funcionamento. Deve dar a conhecer a legislação caboverdeana e aquela de interesse nacional.

Esse docente deve expressar competência que o permitam estar capacitado para:

- a) Estimular a compreensão do significado e conhecimentos de contenciosos administrativo e judicial, do direito administrativo no geral, bem como de outros ramos do direito.
- b) Conduzir a análise da informação que recebe com sentido crítico, sendo capaz de identificar, interpretar e avaliar diferentes tipos de dados e relacioná-los de forma lógica entre si;
- c) Conduzir a análise a informação e sentido crítico, com capacidade para identificar,

interpretar e avaliar diferentes tipos de dados e relacioná-los de forma lógica e com sentido crítico;

d) Ajudar a desenvolver o saber programar, organizar e controlar a sua atividade e projetos variados, definindo objetivos, estabelecendo prazos e determinando prioridades;

e) Organizar recursos para a autonomização do aluno de modo que, de forma independente e proactivo no seu dia-a-dia profissional, tome iniciativas face a problemas e empenha-se em encontrar soluções;

f) Desenvolver estratégias para estimular o aluno no sentido de saber lidar com situações de pressão e com contrariedades de forma adequada e profissional;

g) Estimular o respeito e o cultivo dos valores éticos e deontológicos do serviço público e do setor concreto em que se insere, promovendo um serviço de qualidade;

h) Compreender o contributo das suas funções no sentido da missão, valores e objetivos do serviço, exercendo-as de forma disponível e diligente;

i) Representar o serviço, ou a organização, em grupos de trabalho, reuniões ou eventos;

j) Estimular o desenvolvimento do espírito crítico e a reflexão, de aceitar criticamente a mudança e a ela adaptar-se;

k) Apoiar a compreensão a importância do jurídico como parte integrante do todo social;

l) Conduzir o aluno a alcançar a noção do direito como domínio fundamental à organização da sociedade;

m) Proporciona a aquisição e a aplicação de um saber assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;

n) Fomentar capacidades de avaliação e de decisão;

o) Estimular a compreensão da prática alicerçada em conceitos teóricos;

p) Proporcionar o conhecimento dos direitos, liberdades e garantias num estado do direito;

q) Estimular a aprendizagem sobre o estado como sociedade politicamente organizada;

r) Promover o conhecimento das fontes do direito, a relação jurídica, a importância da comunidade internacional e os seus reflexos na ordem interna, bem como o direito e a evolução social, as profissões jurídicas e afins e as suas finalidades.

XIX

Ensino de Geologia e Biologia, Física e Química

Os docentes que lecionam nas áreas de geologia e biologia, física e química devem deter as competências gerais docentes e serem capazes de conduzir a sua área/ou áreas no ensino e na aprendizagem, assegurando a compreensão dessas áreas na vida, na cultura e na sociedade. Esses docentes devem ter consciência do papel da investigação de materiais e substâncias físicas e químicas, da vida e da Terra, associados ao uso de tecnologias, na produção de conhecimentos diversificados das áreas das ciências naturais e laboratoriais, bem como de outras áreas.

Um docente pode lecionar uma ou mais disciplinas desse conjunto de áreas científicas, nomeadamente, associando o ensino de geologia e biologia, o ensino de física e química, e o ensino de geografia e história (nos termos do perfil para o ensino de história e geografia neste documento), ou trabalhar as duas áreas de forma a gerir disciplinas distintas, entre si.

Na generalidade o docente dessas áreas deve reunir conhecimentos e competências para que, na sua especialidade de lecionação, esteja capacitado para:

- a) Estimular a orientação na formulação de hipóteses e apoiar o conhecimento das teorias sobre a origem e a evolução dos seres vivos;
- b) Dominar o conhecimento teórico e prático sobre os descritores orgânicos, físicos e químicos das espécies e dos ambientes;
- c) Reconhecer e promover argumentos favoráveis e desfavoráveis à adoção de diferentes estratégias de ensino de ciências, a partir de diferentes situações de ensino e de aprendizagem;
- d) Estimular a compreensão da composição e participação do ar, da água, do solo e do fluxo de energia nos ecossistemas, com a função essencial da energia luminosa do Sol na produção primária de alimentos, as substâncias e as relações alimentares entre produtores, consumidores e decompositores;
- e) Dominar a caracterização da dependência entre os sistemas vivos e as características físicas, químicas, ambientais, geográficas de cada região, situando a diversidade de ecossistemas e a importância da sua preservação;
- f) Elucidar sobre o caráter provisório das ciências diante da realidade em permanente transformação, considerando a importância das conceções teóricas e metodológicas para o desenvolvimento do conhecimento humano;
- g) Facilitar a compreensão das estratégias e processos de ocupação dos espaços pelos

seres humanos e as consequências da produção de alimentos, da obtenção de materiais do solo, do subsolo e da atmosfera e suas composições, bem como dos seres vegetais, animais, nas suas relações com o meio físico;

h) Estimular a identificação em representações variadas, fontes e transformações de energia que ocorrem em processos naturais e tecnológicos, bem como a seleção, de entre as diferentes formas de se obter um mesmo recurso material ou energético, as adequadas para suprir as necessidades regionais e locais;

i) Promover o reconhecimento das transformações físicas e químicas do cotidiano e dos sistemas produtivos naturais, através da diferença de propriedades dos materiais e do envolvimento de energia nessas transformações e apontar necessidades e benefícios, assim como riscos e prejuízos ambientais, relacionados com as alterações de processos naturais e com a contaminação por resíduos;

j) Estimular a aprendizagem sobre a constituição dos materiais, diferenciando conceitos de elementos, substâncias químicas, misturas, suas propriedades físicas, revelando também uma visão microscópica que responda por suas propriedades, assim como, uma compreensão das muitas radiações e de seu espectro, em correlação com as suas diversas aplicações;

k) Estimular a compreensão do caráter sistêmico dos seres vivos, descrevendo relações entre os sistemas, ósseo muscular, endócrino, nervoso e os órgãos dos sentidos, trabalhando as dimensões física, química, biológica dos organismos;

l) Promover o conhecimento da orgânica do corpo humano e demais seres vivos;

m) Trabalhar a compreensão da física e da química na explicação dos fenômenos naturais e do funcionamento dos organismos vivos;

n) Desenvolver a aprendizagem técnica e instrumental de resolução de problemas, de forma a implementar a metodologia de resolução de problemas, a situações no ensino e na aprendizagem do conhecimento sobre a natureza, a química a física;

o) Dominar a relação teórica e prática, na gestão e desenvolvimento dos conteúdos explicativos das composições e fenômenos da natureza, da física e da química, adequado às ciências da especialidade;

p) Dominar conhecimentos históricos e geográficos explicativos dos fenômenos, naturais, físicos e químicos, para conduzir um ensino compreensivo e significativo.

XX**Ensino de Matemática, Geometria e Informática**

O docente deve reunir competências específicas para a área de matemática ou da informática. O ensino de matemática compreende o ensino de geometria. A Geometria subdivide-se em geometria descritiva e geometria analítica, cumprindo as funções representativas da área de conhecimento da matemática.

XXI**Ensino de Matemática e Geometria**

O perfil dos docentes da área de matemática e geometria insere-se nas especificidades das geometrias descritiva e analítica, devendo ser asseguradas pelo próprio.

O docente que assegura essas áreas disciplinares deve possuir um conhecimento científico específico que o permite dominar os conteúdos matemáticos e uma perspectiva própria para trabalhá-los com o aluno no seu processo formativo, favorecendo a compreensão e a interpretação da realidade, a reflexão e a capacidade de resolução de problemas.

De acordo com a função instrumental da matemática, o docente deve dominar diferentes abordagens dessa área, adequando-a aos perfis disciplinares e aos objetivos e fins de aprendizagem a serem alcançados nos diferentes anos e ciclos de estudo. Esse foco na diferenciação das abordagens permite trabalhar a área da matemática de forma diferenciada, para satisfazer diferentes necessidades dos alunos considerando os perfis de ciências ditas exatas, de ciências sociais e humanas, de artes, do ensino técnico e da educação de jovens e adultos.

Nessa perspectiva, o docente de matemática e geometria deve reunir competências bastantes e estar capacitado para:

- a) Compreender e apoiar a compreensão das geometrias, traduzidas no grafismo (dimensão representação) e na matemática (dimensão analítica), como linguagem de expressão universal, que exerce a sua função no despertar e no desenvolver do raciocínio lógico (intuitivo e dedutivo) e projeção da realidade espacial, na compreensão da ciência e da tecnologia;
- b) Identificar as ideias fundamentais presentes em cada conteúdo, uma vez que tais ideias ajudam a articular os diversos temas de âmbito da disciplina da geometria, bem como influenciam a compreensão das disciplinas escolares;
- c) Construir relações significativas entre os conteúdos geométricos, suas ramificações e temas presentes em múltiplos contextos disciplinares, na lógica de interdisciplinaridade e

transdisciplinaridade;

d) Reconstruir narrativas em que articula os elementos históricos presentes nos conteúdos de ensino desta área científica, apoiando a articulação de ideias e a transformação de informações em conhecimento fundamentais;

e) Motivar e sustentar os interesses do aluno, estimulando a aprendizagem por descoberta, a interrogação e a resolução de problemas, todos, necessários à apropriação do conhecimento essencial;

f) Promover as noções de equivalência, ordem, construir o significado dos números (naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos), bem como das operações em diferentes contextos;

g) Enfrentar e criar situações-problema em diferentes contextos, traduzindo perguntas por meio de equações, inequações ou sistemas de equações, e mobilizar os instrumentos matemáticos para resolver tais equações, inequações ou sistemas;

h) Partir da dimensão simbólica do conceito de número, para significar a notação e as técnicas usadas para representar algebricamente números e operações, incluindo a ideia de matriz, para representar tabelas de números (contagem de pixels em uma tela, coeficientes de um sistema de equações lineares, entre outros);

i) Apoiar a compreensão de equações e inequações, perguntas e o saber resolver, sistematicamente, considerando equações e inequações polinomiais de grau 1, 2 (fatorização e fórmula resolvente), bem como conhecer as propriedades das equações polinomiais de grau superior a 2 (relações entre coeficientes e raízes, método de coeficientes indeterminados e algoritmos da divisão inteira);

j) Apoiar as situações de contagem direta, construção de estratégias e recursos de contagem indireta em situações contextualizadas (como cálculo combinatório, binômio de Newton, arranjos, combinações, permutações);

k) Reconstruir a noção de medida de grandezas, sabendo expressar ou estimar tais medidas por meio da comparação direta com o padrão escolhido, utilizando tanto unidades padronizadas, quanto unidades não-padronizadas, assim como, valorizando as ideias de estimativa e de aproximação;

l) Explorar a noção de proporcionalidade em diferentes situações, com equacionamento de problemas contextualizados, de regra de três simples e composta, direta e inversa;

m) Explorar regularidades e relações de interdependência de diversos tipos, inclusive as sucessões aritméticas e geométricas, representando relações de interdependência por meio

de gráficos de variadas formas, e construindo significativamente o conceito de função;

n) Apoiar o conhecimento das principais características das funções polinomiais de grau 1, grau 2, ou de grau superior, sabendo esboçar a sua representação gráfica e relacioná-la com as suas raízes, bem como explorar intuitivamente a monotonia;

o) Estimular o conhecimento das propriedades fundamentais de potências e logaritmos, sabendo utilizá-las em diferentes contextos, bem como sistematizá-las no estudo das funções exponenciais e logarítmicas;

p) Promover a compreensão e a aplicação de relações de proporcionalidade que caracterizam as razões trigonométricas em situações práticas, bem como amplia o significado de tais razões por meio do estudo das funções trigonométricas, associando as mesmas aos fenómenos periódicos, em diferentes contextos;

q) Ter percepção do espaço e das formas e construir uma linguagem adequada para a representação de tais percepções, reconhecendo e classificando formas planas e espaciais;

r) Implementar estratégias para construções geométricas, com base nas propriedades e características dos objetos no plano e no espaço, tendo em vista uma compreensão mais ampla do espaço em que vivemos, de suas representações e de suas propriedades;

s) Conduzir a exploração da linguagem e as ideias geométricas para desenvolver a capacidade de observação, de percepção de relações como as de simetria e de semelhança, de conceituação, de demonstração, ou seja, de extração de consequências lógicas a partir de factos fundamentais e intuídos ou demonstrados anteriormente;

t) Estimular a exploração das relações geométricas especialmente significativas, como as relativas às somas de ângulos de polígonos, teoremas e relações métricas relativas ao cálculo de objetos no plano e no espaço;

u) Orientar uma abordagem algébrica da geometria, representando retas e curvas por meio de expressões analíticas na resolução de problemas;

v) Orientar para a resolução de problemas de escolhas que envolvam a otimização (máximos ou mínimos), em diferentes contextos;

w) Estimular a compreensão da noção de aleatoriedade, reconhecendo-a em diferentes contextos;

x) Organizar e apoiar a interpretação de conjuntos de dados expressos, em diferentes linguagens, recorrendo a noções básicas de estatística descritiva e de inferência estatística.

XXII

Ensino de Informática

O Docente que leciona uma ou mais disciplinas curriculares da área de informática deve dominar competências específicas das várias disciplinas do currículo de ensino de informática. Para isso deve ter domínio de exploração de hardware e software, para trabalhar com os alunos nos domínios da cidadania digital, da comunicação, da colaboração, da produção, da criatividade, da inovação e da pesquisa.

O docente de informática deve ter competências, para apoiar o aluno para que este possa expressar-se de forma informada, ganhar competências de uso e comportamentos adequados na utilização das tecnologias informáticas.

Para a lecionação de qualquer uma das disciplinas de informática presentes no currículo escolar, o docente deve estar capacitado para:

- a) Estimular a compreensão e orienta práticas seguras na utilização de dispositivos digitais, nomeadamente no que se refere aos conceitos de privado e público;
- b) Promover procedimentos básicos de segurança;
- c) Trabalha a consciencialização do impacto das TIC no dia a dia do aluno;
- d) Promover a compreensão e distinção entre situações reais e situações ficcionadas no contexto digital;
- e) Promover diferentes meios e aplicações que permitam ao aluno a comunicação em suporte digital, com públicos conhecidos, para diferentes públicos e objetivos da comunicação;
- f) Estimular o uso de diferentes meios e aplicações que permitem a produção e colaboração, em ambiente virtual, na perspetiva de comunicação e difusão envolvendo o aluno com os seus pares e para com a comunidade;
- g) Partilhar produtos desenvolvidos, utilizando meios digitais de comunicação e colaboração;
- h) Colaborar com os seus pares e com a comunidade, partilhando trabalhos realizados em espaços previamente determinados;
- i) Estimular a compreensão e a utilização da realidade virtual e do seu potencial na interpretação da realidade efetiva;

- j) Despertar a compreensão da importância da produção digital, bem como de utilizar e transformar informação digital em novos produtos;
- k) Apoiar a resolução de problemas matemáticos, usando ferramentas digitais, entre esses, para criar algoritmos para a resolução de desafios e problemas específicos;
- l) Estimular a compreensão e a distinção das características, funcionalidades e aplicabilidade de diferentes objetos tangíveis (robótica) e resolver desafios da programação de objetos tangíveis;
- m) Planificar e disseminar estratégias e formas de investigação online e potencialidades, utilizando o computador e outros dispositivos digitais como ferramentas de apoio;
- n) Estimular a análise, avaliação e a validação da qualidade da informação recolhida pelo cruzamento de fontes credíveis online.

XXIII

Ensino de Educação Artística

O docente da área de educação artística deve saber estabelecer relações entre a arte, o conhecimento e a cultura, cultivando o diálogo, a curiosidade, a cooperação, a pesquisa, a experimentação, a inventividade e a elaboração de processos de conceção e de realização de projetos significativos, para o aluno e a comunidade em que vive.

Esse docente deve dominar o conhecimento das áreas de teatro, música, dança, artes visuais, bem como promover a articulação com as demais linguagens artísticas e com as relações transversais e interdisciplinares através da arte. Em especial, deve dominar conhecimentos matemáticos presentes na educação artística, na disciplina ou disciplinas que leciona, nomeadamente de geometria descritiva que interfere diretamente com a sua atividade letiva.

Os conhecimentos e competências do docente da educação artística devem permitir ao docente de educação artística exercer a sua atividade no domínio das expressões dramática, plástica e musical, associados ou em disciplinas separadas, demonstrando estar capacitado para:

- a) Dominar o conhecimento de vários tipos de linguagem (gestual, visual, sonora, corporal, verbal) em situações de produção e apreciação com o aluno, em diferentes contextos culturais e de múltiplas manifestações artísticas;
- b) Promover a epistemologia da linguagem na formação específica do aluno, em artes dramática, plástica e musical, ajudando-o a reinterpretá-las em função da sua realidade contextual e cultural;

- c) Promover a relações entre a forma e o conteúdo em diálogo com a materialidade (matérias, suportes, ferramentas e procedimentos) nas linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;
- d) Compreender, ampliar e construir, com o aluno, conceitos sobre as linguagens da arte, a partir de saberes estéticos, artísticos e culturais, tais como, história da arte, filosofia da arte, práticas culturais, relações entre arte e sociedade e o fazer artístico;
- e) Desenvolver uma abordagem em que valoriza o patrimônio cultural (material e imaterial), na promoção da educação patrimonial e criar hábitos de frequência de salas de espetáculos, museus, instituições culturais e eventos;
- f) Trabalhar a intertextualidade e a interdisciplinaridade, relacionando as diferentes formas de arte (teatro, dança, música e artes visuais) às demais áreas do conhecimento escolar, por forma a potencializar a educação artística na modelação de comportamentos e respostas;
- g) Estimular a compreensão e a pesquisa de processos de criação artística, na habilitação pessoal, coletiva ou colaborativa;
- h) Desenvolver a aula de arte como um processo dinâmico, um ato comunicativo dialógico, ético e estético e como espaço de constituição de seres humanos dotados de autonomia, sensibilidade, criticidade e inventividade;
- i) Refletir sobre a prática docente, considerando dialogicamente os sujeitos envolvidos, os materiais pedagógicos, os procedimentos de avaliação e as metodologias adequadas, superando a dicotomia entre teoria e prática na educação artística;
- j) Manifestar empenho na construção de uma prática docente social e humana, reconhecadora do valor da experiência, do diálogo, da sensibilidade, da pesquisa, da imaginação, da experimentação e da criação, no exercício docente e nos processos formativos em arte.

XXIV

Ensino de Educação Física

O ensino de Educação Física proporciona o tratamento conteúdos e práticas culturais envolvendo o corpo, sua orgânica e funcionamento, facilitando a compreensão sobre a sua proteção e bem-estar, através de jogos e exercícios físicos.

O cuidado e o desenvolvimento da condição física permitem criar sinergias para as práticas que exigem esforço físico e intelectual. Mente sã em corpo sã continua a ser uma verdade que, nas

sociedades modernas, é explorada até aos limites. Surgem, cada vez mais, modalidades e práticas no domínio do exercício físico, de autocontrolo e de cultivo do corpo, reforçando a transdisciplinaridade da educação física e do desporto na predisposição para a aprendizagem de outras áreas curriculares e de competências socioemocionais.

No exercício da sua atividade na área de educação física, o docente deve reunir competências específicas, devendo estar capacitado para:

- a) Motivar o aluno a reconhecer as manifestações da cultura corporal, como formas legítimas de expressão de um determinado grupo social, bem como de artefactos históricos, sociais e políticos;
- b) Promover o conhecimento e a compreensão da realidade social para nela intervir, por meio da produção e resinificação das manifestações e expressões do movimento humano, com atenção à variedade social;
- c) Promover o conhecimento sobre as influências sociohistóricas que conferem à cultura de movimentos a sua característica plástica e mutável;
- d) Dominar os conhecimentos específicos da educação física e das suas correlações com as demais disciplinas do currículo escolar, na perspectiva interdisciplinar;
- e) Estimular a compreensão da relação entre diferentes atributos das práticas corporais sistematizadas e as demandas da sociedade contemporânea;
- f) Dominar métodos e procedimentos que permitam adequar as atividades de ensino às características do aluno, a fim de desenvolver situações didáticas que potencializem o enriquecimento da linguagem corporal por meio da participação democrática;
- g) Gerir estratégias de envolvimento dos alunos, usando a sua motivação pelas práticas de educação física, na descoberta de aptidões e identidades para com as modalidades presentes no currículo dessa área;
- h) Considerar criticamente características, interesses, necessidades, expectativas e diversidades, presente na sala de aula e comunidade escolar, nos momentos de planeamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino e de aprendizagem.

XXV

Ensino de Economia, Gestão, Contabilidade e Empreendedorismo

Nesse grupo encontram-se os docentes das disciplinas das áreas de economia, gestão, contabilidade e empreendedorismo. Os perfis formativos dos docentes desse grupo são similares,

comportando conhecimentos e competências nas áreas científicas de economia, direito, política, sociologia, história, psicologia, marketing, gestão, empreendedorismo, contabilidade, matemática, métodos quantitativos, investimentos, mercados, finanças.

Por essa razão, na gestão do currículo escolar um docente poderá assumir diferentes disciplinas desse conjunto. Permite-se, assim, uma melhor gestão dos recursos humanos e das disciplinas desse grupo, nomeadamente associando economia e gestão, gestão e contabilidade, economia e contabilidade, gestão e empreendedorismo, para ministrar disciplinas de introdução à economia, história económica e social, organização e gestão empresarial e financeira, e desenvolvimento sustentável.

XXVI

Ensino de Economia, Gestão, Contabilidade

O docente das áreas de economia, de gestão ou de contabilidade deve reunir competências específicas, devendo estar capacitado para:

- a) Dominar e estimular a compreensão sobre a história do pensamento económico, da economia geral, da economia nacional e a economia contemporânea, permitindo-lhe desenvolver o seu saber em ordem a construir uma representação sobre a realidade nacional;
- b) Estimular a compreensão da realidade da área científica de forma crítica e analítica, devendo estimular o posicionamento sobre futura integração no mercado do trabalho;
- c) Promover o conhecimento dos processos de produção e distribuição de recursos, bens e serviços e realizar investigações de análise e avaliação sobre questões e tendências económicas, condição que requer a sua atualização permanente com conhecimentos aprofundados sobre as conjunturas e os fenómenos económicos, de gestão ou da contabilidade;
- d) Estimular o domínio da comunicação em todas as suas formas para transmitir informações complexas para pessoas que são especialistas no assunto ou para leigos, usando recursos didáticos e pedagógicos adequados para a sua compreensão pelo aluno, no ensino de economia, gestão, empreendedorismo ou contabilidade;
- e) Manifestar o domínio de uma das línguas estrangeiras e fazer bom uso dela na exploração do conhecimento, com o aluno e no incentivo ao desenvolvimento de competências em empreendedorismo;
- f) Estimular o domínio da ética e da responsabilidade social, do pensamento crítico, do poder de análise e de síntese sobre diferentes situações, envolvendo questões económicas,

contabilísticas, de gestão ou de empreendedorismo.

g) Prevenir problemas e desafios, para que possa apoiar a sua resolução da melhor maneira possível ou evitar situações futuras, conjuntamente com o aluno;

h) Cultivar a assertividade e desenvolve uma comunicação correta, clara, transparente e objetiva, de modo a fazer-se compreender e demonstrar pela própria prática as qualidades de um bom gestor, economista ou contabilista;

i) Promover a compreensão dos diferentes ramos e tipos de gestão, economia, ou contabilidade, conforme disciplina que leciona, destacando os seus fins e funcionalidades;

j) Influenciar positivamente o meio e, com o aluno, procura de soluções para a equação de problemas de gestão, de administração, de políticas, da sociedade, da economia, conforme interesses específicos;

k) Comunicar com assertividade informações, ideias, problemas e soluções, na oralidade como na escrita, e promove o uso equipamentos tecnológicos em função da disciplina de lecionação;

l) Apoiar a compreensão da importância das ciências económicas, de gestão ou contábeis na gestão do património de diferentes entidades, por especialidade disciplinar;

m) Promover o desenvolvimento de hábitos de trabalho individual e em grupo, na utilização de técnicas computacionais, incluindo pesquisa, o processamento e apresentação de dados;

n) Estimular o desenvolvimento de competências analíticas e do pensamento crítico, no aluno, que lhe permitam construir e fundamentar a sua própria argumentação, na resolução de problemas;

o) Conduzir à apropriação de informação e a adequação da comunicação de ideias, problemas e soluções.

XXVII

Ensino de Empreendedorismo

O docente da disciplina de empreendedorismo faz parte do grupo de docência por formado pelas áreas de economia, gestão e contabilidade, deve reunir competências específicas, de forma a fazer uma boa articulação dos conteúdos dessas áreas, devendo estar capacitado para:

a) Promover um bom conhecimento de gestão;

- b) Dominar e implementar a concepção e gestão de projetos económicos e empresariais;
- c) Estimular a apropriação de técnicas de gestão de marcas, produção de imagens corporativas de iniciativas empresariais do aluno;
- d) Promover o domínio do marketing, da publicidade e da comunicação empresarial;
- e) Orientar ações de levantamento de necessidades e de prospeção de mercado;
- f) Realçar a importância da aprendizagem de, pelo menos, uma língua estrangeira e incentivar a sua aquisição como recurso de mobilidade;
- g) Dominar e promover formas e formatos de elaboração de planos de negócio, marketing e comunicação de uma marca;
- h) Dominar e promover a concepção de projetos de investimento e de sistemas de monitorização de avaliação dos mesmos;
- i) Usar e promover o conhecimento de estratégias de envolvimento de parcerias e de comunicação empresarial;
- j) Estimular a facilidade de comunicar ideias e encontrar soluções de empreendimentos ou para um dado empreendimento.

XXVIII

Ensino no Ensino Técnico e em Educação de Jovens e Adultos

Os docentes que exercem funções nos cursos técnicos e na educação de jovens e adultos devem reunir conhecimentos e competências gerais do docente e outros requeridos pela área de formação, onde exercem a docência, implicando uma boa gestão do currículo com recursos prioritariamente de âmbito das metodologias de educação de jovens adultos e provendo a sua adaptação no caso do ensino técnico.

O docente com funções na área de educação básica de adultos, deve ter domínio de metodologias de educação de adultos, especificamente fundamentadas para proporcionar competências em literacias, empreendedorismo, senso crítico, autonomia e desenvolvimento comunitário. Igualmente, o docente do ensino técnico também deve reunir competências específicas da área técnica de docência.

Na sua atividade docente, os docentes das áreas de educação básica de adultos ou do ensino técnico, devem apoiar a consolidação de aprendizagens sobre questões da natureza e da sustentabilidade ambiental, questões sociais, económicas, políticas e de cidadania, por meio de uma prática diversificada, flexível e sensível às particularidades dos currículos da educação de

jovens e adultos e do ensino técnico, bem como das características culturais, sociais, comportamentais e condições de aprendizagem.

Em geral, o docente da educação de jovens e adultos ou docente no ensino técnico deve ter competências bastantes para estar capacitado para:

- a) Organizar e fazer a gestão dos diversos conhecimentos curriculares em função da natureza e domínio científico e técnico de ação, podendo dessa forma ajustar as abordagens dos conteúdos curriculares e pedagógicas às necessidades de cada área ou domínio;
- b) Promover a mediação, para apoiar o desenvolvimento de competências para a tomada de decisões no âmbito da política social e econômica, inovação e contribuir para criar ambientes promotores da igualdade de oportunidades no acesso ao desenvolvimento;
- c) Estimular o empreendedorismo no desenvolvimento das aprendizagens profissionais, econômicas e sociais;
- d) Dominar e estimular a formulação de projetos levando à identificação e exploração de oportunidades emergentes de emprego e autoemprego;
- e) Adequar a sua intervenção aos grupos de alunos ou aprendentes que acompanha, considerando as características e necessidades individuais na forma como organiza o ensino e promove a aprendizagem, no ensino técnico e na educação de jovens e adultos;
- f) Estimular a identificação de diferentes necessidades individuais, ajudando a encontrar percursos no avanço da aprendizagem, bem como cria situações favoráveis à aprendizagem com estímulos desafiadores;
- g) Incentivar a curiosidade e o questionamento das realidades, apoiando a resolução de problemas ou soluções enquadradas com as suas múltiplas realidades individuais;
- h) Estimular o desenvolvimento da inteligência emocional para lidar com situações de frustração e baixa-autoestima, em consequência de processos de insucesso educativo ou de falta de oportunidades;
- i) Compreender e transformar situações cotidianas da vida e da sala de aula em atos de leitura, escrita, cálculo, interações interpessoais, socioeconômicas e culturais, bem como planeia atividades a partir da realidade a que se destina;
- j) Identificar e caracterizar problemas na aprendizagem e buscar soluções, priorizando o que é relevante para desenvolver a capacidade de resolução de problemas do cotidiano, no quadro da formação e da aprendizagem de uma profissão concreta;

k) Estimular o desenvolvimento pessoal e social e profissional, gerando expectativas e atividades de autonomização intelectual, social e laboral, articulados com os objetivos da aprendizagem e de ensino.